

Em torno da realidade local - Olhares dos Presidentes de Junta sobre as barreiras arquitetónicas



RUTE PEREIRA; IPO – Instituto Português de Oncologia do Porto, Portugal; Enfermeira; Mestre em Enfermagem de Reabilitação; rutesalomesilvapereira@gmail.com

MARIA MANUELA MARTINS; ESEP – Escola Superior de Enfermagem do Porto; CINTESIS - Center for Health Technology and Services Research - Portugal; Portugal; Professora Coordenadora; PhD; mmartins@esenf.pt

I. Introdução e objetivos: A acessibilidade arquitetónica permite a inclusão social e, as autarquias devem cumprir as disposições legais construindo territórios acessíveis. Recordamos que, os enfermeiros de reabilitação, no cumprimento do seu mandato social, não podem negligenciar as condições de acessibilidade para que, as pessoas com mobilidade condicionada, retomem as atividades do dia-a-dia, devendo a eliminação de barreiras arquitetónicas ser uma preocupação. Objetivo: compreender as respostas das autarquias na eliminação de barreiras arquitetónicas para pessoas com mobilidade condicionada quando inseridas no seu contexto social e habitacional.

Metodologia: Estudo quantitativo, descritivo e transversal; com uma população constituída por 34 Presidentes de Junta do município de Vila Nova de Famalicão. A técnica de amostragem foi não probabilística de conveniência, com uma amostra de 17 Presidentes, e uma representação de 50%. Aplicou-se um questionário *ad hoc* de autopreenchimento, constituído por 11 perguntas baseadas na legislação vigente.

Resultados e discussão: A amostra é constituída maioritariamente por participantes do género masculino (94,1%), 58,8% possui o ensino secundário. Em média, têm

54 anos e, exercem a função de autarca há 10 anos. Mais de metade assume ser extremamente importante (58,8%) a eliminação de barreiras arquitetónicas e, 52,9% concordam totalmente que as juntas têm uma importância estratégica para autarquias inclusivas; 64,7% referem que persistem locais públicos com barreiras e a maioria (94,1%) realizou intervenções para a sua eliminação. Recorde-se que é da competência das autarquias promover a acessibilidade local. Dos apoios que disponibilizam o financeiro foi o menos referido, identificamos que existem programas de apoio à melhoria das condições habitacionais para pessoas idosas e com deficiência com condições sociais frágeis. Verificamos que 64,7% das juntas, cemitério e postos de combustível possuem percursos acessíveis sem dificuldade sendo fundamental porque muitas pessoas não saem de casa sozinhas pois têm medo do estado do ambiente físico da cidade.

Co. clusões: Os Presidentes têm implementado estratégias para a criação de ambientes acessíveis, mas subsistem barreiras arquitetónicas no meio edificado e via pública. Verificamos a necessidade de formação na área e a pouca articulação com os serviços de saúde quando se inicia um processo de reabilitação de pessoa com mobilidade condicionada.

PALAVRAS-CHAVE: enfermagem em reabilitação; estruturas de acesso; governo local; limitação da mobilidade